Autores Best Sellers + de 1.000.000 livros vendidos

VICENTE PAULO
MARCELO ALEXANDRINO

DIREITO CONSTITUCIONAL
DESCOMPLICADO

21ª edição revista, atualizada e ampliada

gen | EDITORA MÉTODO | Vicente & Marcelo

- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *17.02.2022*

- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Danilo Oliveira

- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P356d

Paulo, Vicente
Direito constitucional descomplicado / Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. – 21. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
1080 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-449-0

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito constitucional – Problemas, questões, exercícios. 3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Alexandrino, Marcelo. II. Título.

22-75962 CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB – 7/6439

abdr ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
Respeite o direito autoral

NOTA À 21.ª EDIÇÃO

Nesta edição, acrescentamos as alterações trazidas ao texto constitucional: (a) pela Emenda Constitucional 115, de 10 de fevereiro de 2022, que incluiu a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais, e fixou a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais; (b) pelas Emendas Constitucionais 113 e 114, de dezembro de 2021, que estabeleceram o novo regime de pagamentos de precatórios; (c) pela Emenda Constitucional 111, de 28 de setembro de 2021, que, entre outras inovações, disciplinou a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispôs sobre o instituto da fidelidade partidária e alterou a data de posse de Governadores e do Presidente da República; e (d) pela Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021, que estabeleceu a competência para a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional e, ademais, alterou significativamente o capítulo constitucional das finanças públicas.

Incorporarmos, também, vasta jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal acerca de variados temas, tais como: (a) a inconstitucionalidade da tese da "legítima defesa da honra"; (b) a constitucionalidade da imposição de restrições estatais à realização de cultos, missas e demais atividades religiosas presenciais de caráter coletivo como medida de contenção do avanço de pandemia (Covid-19); (c) o reconhecimento de que o crime de injúria racial configura um dos tipos penais de racismo; (d) a proibição de "showmícios" (shows de artistas para animar comícios e reuniões eleitorais) e a admissão de "eventos de arrecadação" (participação não remunerada de artistas em eventos de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais) em campanhas eleitorais; (e) a legitimidade da outorga do direito ao porte de armas de fogo aos integrantes de todas as guardas municipais do país, independentemente do tamanho da população do município; (f) a mudança do tradicional entendimento daquela Corte Máxima sobre a competência do Tribunal de Contas da União para exercer o controle de constitucionalidade das leis; (g) a inconstitucionalidade do reconhecimento de direitos previdenciários nas relações que se amoldam ao instituto do concubinato; (h) a constitucionalidade da legislação que estabelece a chamada "cota de tela"; e (i) a inconstitucionalidade de normas que conferem autonomia administrativa, financeira e orçamentária às polícias civis.

Os Autores

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO 1
1. Origem e conteúdo do Direito Constitucional 1
   1.1. Objeto do Direito Constitucional quanto ao foco de investigação 3
2. Constituição: noções iniciais, objeto e evolução 4
   2.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico 5
      2.1.1. Constituição em sentido sociológico 5
      2.1.2. Constituição em sentido político 5
      2.1.3. Constituição em sentido jurídico 6
   2.2. Constituição em sentido material e formal 8
3. Classificação das Constituições 9
   3.1. Quanto à origem 9
   3.2. Quanto à forma 10
   3.3. Quanto ao modo de elaboração 11
   3.4. Quanto ao conteúdo 12
   3.5. Quanto à estabilidade 15
   3.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico) 17
   3.7. Quanto à extensão 18
   3.8. Quanto à finalidade 19
   3.9. Outras classificações 20
4. Breve resumo das Constituições do Brasil 23
   4.1. A Constituição do Império (1824) 24
   4.2. A primeira Constituição Republicana (1891) 25
   4.3. A Constituição de 1934 26
   4.4. A Constituição do Estado Novo (1937) 26
   4.5. A Constituição de 1946 27
   4.6. A Constituição de 1967 28

4.7. A Emenda Constitucional n.º 1 à Constituição de 1967 (a "Constituição de 1969") ... 29
4.8. A Constituição de 1988 ... 29
5. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988 ... 31
5.1. Preâmbulo ... 32
5.2. Parte dogmática da Constituição de 1988 ... 33
5.3. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) ... 34
5.4. "Elementos da Constituição" ... 35
6. Entrada em vigor de uma nova Constituição ... 36
6.1. *Vacatio constitutionis* ... 36
6.2. Retroatividade mínima ... 37
6.3. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição pretérita ... 39
6.3.1. Desconstitucionalização ... 39
6.4. Direito ordinário pré-constitucional ... 40
6.4.1. Direito ordinário pré-constitucional incompatível ... 40
6.4.1.1. Inconstitucionalidade superveniente ... 41
6.4.2. Direito ordinário pré-constitucional compatível ... 43
6.4.3. Direito ordinário pré-constitucional não vigente ... 48
6.4.4. Direito ordinário em período de *vacatio legis* ... 49
6.5. Controle de constitucionalidade do direito pré-constitucional ... 50
7. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade ... 52
7.1. Classificação de José Afonso da Silva ... 53
7.1.1. Normas de eficácia plena ... 53
7.1.2. Normas de eficácia contida ... 53
7.1.3. Normas de eficácia limitada ... 55
7.1.4. Eficácia das normas programáticas ... 57
7.2. Classificação de Maria Helena Diniz ... 58
8. Interpretação da Constituição ... 59
8.1. Correntes interpretativistas e não interpretativistas ... 61
8.2. Métodos de interpretação ... 61
8.2.1. O método jurídico (método hermenêutico clássico) ... 61
8.2.2. O método tópico-problemático ... 62
8.2.3. O método hermenêutico-concretizador ... 62
8.2.4. O método científico-espiritual ... 63
8.2.5. O método normativo-estruturante ... 63
8.2.6. A interpretação comparativa ... 64
8.3. Princípios de interpretação ... 64
8.3.1. Princípio da unidade da Constituição ... 64

8.3.2. Princípio do efeito integrador 65
8.3.3. Princípio da máxima efetividade 65
8.3.4. Princípio da justeza 65
8.3.5. Princípio da harmonização 65
8.3.6. Princípio da força normativa da Constituição 66
8.3.7. Interpretação conforme a Constituição 66
8.4. Teoria dos poderes implícitos 67

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE 69
1. Conceito 69
2. Titularidade 70
3. Formas de exercício 70
4. Espécies 72
4.1. Poder constituinte originário 72
4.2. Poder constituinte derivado 74
4.3. Poder constituinte difuso 76
4.4. Poder constituinte supranacional 77

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 79
1. Princípios fundamentais 79
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico 85
2.1. Origem 85
2.2. Os quatro *status* de Jellinek 86
2.3. Distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais 87
2.4. Distinção entre direitos e garantias 87
2.5. Características 87
2.6. Dimensões objetiva e subjetiva 88
2.7. Classificação 89
2.8. Destinatários 91
2.9. Relações privadas 92
2.10. Natureza relativa 94
2.11. Restrições legais 94
2.12. Conflito (ou colisão) 95
2.13. Renúncia 97

3. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 – Aspectos gerais 97
3.1. Aplicabilidade imediata 98
3.2. Enumeração aberta e interpretação 99
3.3. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente 100
3.4. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional 101
3.5. Tribunal Penal Internacional 102
4. Direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º) 104
4.1. Direito à vida 104
4.2. Direito à liberdade 108
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, *caput*, e inciso I) 108
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II) 113
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV) 117
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII) 124
4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X) 128
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI) 133
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII) 135
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII) 139
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI) 140
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX) 142
4.13. Associações e defesa de direitos dos associados: representação processual (art. 5.º, XXI) 143
4.14. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI) 145
4.15. Desapropriação (art. 5.º, XXIV) 148
4.16. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV) 151
4.17. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII) 152
4.18. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII) 152
4.19. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, "a") 153
4.20. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, "b") 154
4.21. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV) 155
4.22. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI) 158
4.23. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII) 161
4.24. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII) 162

4.25. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL) 164
4.26. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII) 166
4.27. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV) 168
4.28. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV) 169
4.29. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII) 169
4.30. Extradição (art. 5.º, LI e LII) 172
4.31. Devido processo legal (art. 5.º, LIV) 174
4.31.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade 175
4.32. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV) 177
4.32.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição 179
4.33. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI) 180
4.34. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII) 184
4.35. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII) 188
4.36. Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX) 189
4.37. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI) 190
4.38. Respeito à integridade física e moral, direito de permanecer calado e outros direitos do preso (art. 5.º, XLIX, LXII, LXIII, LXIV e LXV) 191
4.39. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII) 194
4.40. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV) 197
4.41. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV) 199
4.42. Gratuidade do Registro Civil de Nascimento, da Certidão de Óbito, do *Habeas Corpus*, do *Habeas Data* e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5.º, LXXVI e LXXVII) 200
4.43. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII) 201
4.44. Proteção dos dados pessoais (art. 5.º, LXXIX) 202
4.45. *Habeas corpus* (art. 5.º, LXVIII) 203
4.45.1. Ofensa indireta ao direito de locomoção 205
4.45.2. Descabimento 206
4.46. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX) 208
4.46.1. Natureza jurídica 208
4.46.2. Cabimento 209
4.46.3. Descabimento 209
4.46.4. Direito líquido e certo 210
4.46.5. Legitimação ativa 211
4.46.6. Legitimação passiva 211

4.46.7. Medida liminar 212
4.46.8. Prazo para impetração 214
4.46.9. Competência 214
4.46.10. Duplo grau de jurisdição 215
4.46.11. Pagamento a servidor 215
4.46.12. Descabimento de honorários advocatícios 216
4.46.13. Desistência 216
4.46.14. Mandado de segurança coletivo 216
4.47. Mandado de injunção 218
4.47.1. Cabimento 219
4.47.2. Descabimento 221
4.47.3. Legitimação no mandado de injunção individual 222
4.47.4. Efeitos da decisão 223
4.47.5. Alcance temporal da decisão 225
4.47.6. Mandado de injunção coletivo 226
4.47.7. Mandado de injunção individual *versus* Mandado de injunção coletivo 227
4.48. *Habeas data* 227
4.49. Ação popular 229
4.49.1. Objeto 231
4.49.2. Competência 232
5. Direitos Sociais 233
5.1. Noções 233
5.2. Enumeração constitucional dos direitos sociais individuais dos trabalhadores (art. 7.º) 235
5.3. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11) 243
5.4. A problemática da concretização dos direitos sociais: reserva do possível, garantia do mínimo existencial e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário 246
5.5. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social (*effet cliquet*) 249
6. Nacionalidade 250
6.1. Noções 250
6.2. Espécies de nacionalidade 251
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade 251
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária) 251
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária) 254
6.6. Portugueses residentes no Brasil 255
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado 256

6.8. Perda da nacionalidade 256
6.9. Dupla nacionalidade 257
7. Direitos políticos 258
7.1. Noções 258
7.2. Direito ao sufrágio 258
7.3. Capacidade eleitoral ativa 259
7.4. Plebiscito e referendo 261
7.5. Capacidade eleitoral passiva 262
7.6. Inelegibilidades 265
7.6.1. Inelegibilidade absoluta 265
7.6.2. Inelegibilidade relativa 265
7.6.2.1. Motivos funcionais 266
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afinidade 268
7.6.2.3. Condição de militar 272
7.6.2.4. Previsões em lei complementar 272
7.7. Privação dos direitos políticos 274
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral 276

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 277
1. Introdução 277
2. Formas de Estado 277
3. Formas de governo 279
4. Sistemas de governo 280
5. Regimes de governo 283
6. A Federação na Constituição de 1988 284
6.1. União 288
6.2. Estados-membros 290
6.2.1. Auto-organização e autolegislação 290
6.2.2. Autogoverno 291
6.2.3. Autoadministração 294
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente 295
6.3. Municípios 303
6.4. Distrito Federal 308
6.5. Territórios Federais 309
6.6. Formação dos estados 311
6.7. Formação dos municípios 313

6.8. Formação dos Territórios Federais 315
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados 315
7. Intervenção federal 316
7.1. Intervenção federal espontânea 317
7.2. Intervenção federal provocada 318
7.3. Decreto interventivo 321
7.4. Controle político 322
7.5. Controle jurisdicional 323
8. Intervenção nos municípios 323

CAPÍTULO 5

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 325
1. Noções 325
1.1. Modelos de repartição 326
1.2. Espécies de competências 327
1.3. Técnica adotada pela Constituição Federal de 1988 328
2. Competências da União 331
3. Competência comum 338
4. Competência legislativa concorrente 339
4.1. Presunção a favor da competência do ente menor 346
5. Competências dos Estados 350
6. Competências do Distrito Federal 354
7. Competências dos Municípios 355

CAPÍTULO 6

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 361
1. Noções introdutórias 361
2. Princípios administrativos 363
3. Normas constitucionais sobre organização da administração pública 370
4. Normas constitucionais sobre ingresso no serviço público 373
5. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos agentes públicos 389
5.1. Noções gerais 389
5.2. Direito de associação sindical dos servidores públicos 391
5.3. Direito de greve dos servidores públicos 392
5.4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos 394
5.4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual 394
5.4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos 398
5.4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios 404

5.4.4. Restrições previstas na Emenda Constitucional 95/2016 ("teto dos gastos públicos") ... 406
5.5. Vedação à acumulação de cargos, empregos e funções públicos ... 407
5.6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos ... 409
5.7. Estabilidade ... 410
5.7.1. Vedação à dispensa imotivada de empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista ... 412
5.8. Disponibilidade remunerada, reintegração, recondução, aproveitamento e readaptação ... 413
5.9. Extensão aos servidores públicos de direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada ... 415
5.10. Regime de previdência dos servidores públicos ... 417
6. Administração tributária ... 424
7. Obrigatoriedade de licitar ... 425
8. Responsabilidade civil da administração pública ... 427
8.1. Responsabilidade por danos decorrentes de omissão estatal ... 429

CAPÍTULO 7

PODER LEGISLATIVO ... 437
1. Tripartição de poderes ... 437
2. Funções ... 441
3. Composição ... 441
3.1. Congresso Nacional ... 441
3.2. Câmara dos Deputados ... 443
3.3. Senado Federal ... 446
4. Órgãos ... 447
4.1. Mesas diretoras ... 447
4.2. Comissões ... 449
4.2.1. Comissões parlamentares de inquérito ... 451
4.2.1.1. Criação ... 452
4.2.1.2. Poderes de investigação ... 454
4.2.1.3. Direitos dos depoentes ... 456
4.2.1.4. Competência ... 458
4.2.1.5. Incompetência ... 460
4.2.1.6. Controle judicial ... 462
4.2.1.7. Publicidade ... 463
4.3. Plenário ... 464
5. Reuniões ... 464

6. Atribuições 466
6.1. Atribuições do Congresso Nacional 466
6.2. Atribuições da Câmara dos Deputados 469
6.3. Atribuições do Senado Federal 472
6.4. Convocação e pedidos de informação a Ministro de Estado 476
7. Estatuto dos congressistas 477
7.1. Imunidades 478
7.1.1. Imunidade material 478
7.1.2. Imunidade formal 481
7.2. Foro especial em razão da função 487
7.3. Afastamento do Poder Legislativo 494
7.4. Desobrigação de testemunhar 495
7.5. Incorporação às Forças Armadas 495
7.6. Subsistência das imunidades 496
7.7. Incompatibilidades 496
7.8. Perda do mandato 497
7.9. Renúncia ao mandato 499
7.10. Manutenção do mandato 501
7.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores 501
8. Tribunais de contas 503
8.1. Tribunal de Contas da União 503
8.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais 513

CAPÍTULO 8

PROCESSO LEGISLATIVO 519
1. Conceito 519
2. Classificação 520
3. Processo legislativo ordinário 520
3.1. Fase introdutória 521
3.1.1. Espécies de iniciativa 522
3.1.2. Iniciativa e Casa iniciadora 523
3.1.3. Iniciativa popular 523
3.1.4. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo 524
3.1.5. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário 525
3.1.6. Iniciativa em matéria tributária 526
3.1.7. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público 526
3.1.8. Iniciativa da lei de organização dos Tribunais de Contas 527

3.1.9. Prazo para exercício de iniciativa reservada 528
3.1.10. Iniciativa privativa e emenda parlamentar 528
3.1.11. Vício de iniciativa e sanção 529
3.2. Fase constitutiva 530
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo 530
3.2.2. Atuação prévia das comissões 531
3.2.3. Deliberação plenária 532
3.2.4. Irrepetibilidade (relativa) de matéria rejeitada 534
3.2.5. Aprovação definitiva pelas comissões 534
3.2.6. Sanção 535
3.2.7. Veto 536
3.3. Fase complementar 541
3.3.1. Promulgação 541
3.3.2. Publicação 542
4. Procedimento legislativo sumário 544
5. Lei Ordinária 545
6. Lei Complementar 546
7. Processos legislativos especiais 547
7.1. Emendas à Constituição 547
7.2. Medidas provisórias 549
7.2.1. Desnecessidade de convocação extraordinária 549
7.2.2. Limitações materiais 550
7.2.3. Procedimento legislativo 552
7.2.4. Prazo de eficácia 555
7.2.5. Trancamento de pauta 555
7.2.6. Trancamento subsequente de pauta 557
7.2.7. Perda de eficácia 558
7.2.8. Apreciação plenária 561
7.2.9. Conversão parcial 562
7.2.10. Reedição 563
7.2.11. Medida provisória e impostos 565
7.2.12. Art. 246 da Constituição Federal 566
7.2.13. Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001 567
7.2.14. Retirada 568
7.2.15. Revogação 568
7.2.16. Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita 570
7.2.17. Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais 570

7.2.18. Medida provisória *versus* lei delegada 571
7.2.19. Medida provisória nos estados-membros 572
7.3. Leis delegadas 572
7.4. Decretos legislativos 575
7.5. Resoluções 576
8. Processo Legislativo nos estados-membros e municípios 578
9. Relação hierárquica entre as espécies normativas 578
9.1. Tratados internacionais e suas relações com as demais espécies normativas 585
10. Controle judicial do processo legislativo 587

CAPÍTULO 9

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 591
1. Introdução 591
2. Mutação e reforma 592
2.1. Revisão constitucional 594
2.2. Emenda à Constituição 598
3. Limitações ao poder de reforma 599
3.1. Limitações temporais 599
3.2. Limitações circunstanciais 600
3.3. Limitações processuais ou formais 601
3.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição 601
3.3.1.1. Ausência de participação dos municípios 602
3.3.1.2. Ausência de iniciativa popular 602
3.3.1.3. Ausência de iniciativa reservada 602
3.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição 604
3.3.2.1. Ausência de "Casa revisora" 604
3.3.2.2. Alteração substancial 605
3.3.2.3. Inexistência de interstício mínimo entre os turnos de votação 606
3.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda 606
3.3.3.1. Ausência de sanção ou veto 607
3.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada 607
3.4. Limitações materiais 608
3.4.1. A expressão "não será objeto de deliberação" 610

3.4.2. A expressão "tendente a abolir" 610
3.4.3. Cláusula pétrea e "os direitos e garantias individuais" 612
3.4.4. Vedação à "dupla revisão" 612
4. Controle judicial de proposta de emenda à Constituição 614
5. Controle judicial de emenda promulgada 616
5.1. Modificação da Constituição e moralidade administrativa 617
6. Aplicabilidade imediata das emendas constitucionais (retroatividade mínima) 618
6.1. Emenda constitucional e direito adquirido 619
7. Reforma da Constituição Estadual 619

CAPÍTULO 10

PODER EXECUTIVO 621
1. Noção de presidencialismo 621
2. Funções 622
3. Investidura 623
4. Impedimentos e vacância 626
5. Atribuições 629
5.1. Poder regulamentar 632
6. Vice-presidente da República 633
7. Ministros de Estado 633
7.1. Atribuições 633
7.2. Responsabilização dos Ministros de Estado 634
8. Órgãos consultivos 635
9. Responsabilização do Presidente da República 636
9.1. Crimes de responsabilidade 636
9.2. Crimes comuns 642
9.2.1. Imunidades 642
9.2.2. Prerrogativa de foro 644
10. Governadores de Estado 646

CAPÍTULO 11

PODER JUDICIÁRIO 649
1. Introdução 649
2. Órgãos do Poder Judiciário 652
3. Funções típicas e atípicas 654
4. Garantias do Poder Judiciário 654
5. Organização da carreira 657

6. Garantias aos magistrados 659
7. Vedações 661
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário 662
9. Conselho Nacional de Justiça 663
10. Criação de órgão de controle administrativo pelos estados-membros 669
11. Supremo Tribunal Federal 670
    11.1. Competências 671
    11.2. Preservação das competências do STF e da autoridade de suas decisões 678
12. Superior Tribunal de Justiça 680
    12.1. Competências 681
13. Justiça Federal 684
14. Justiça do Trabalho 689
15. Justiça Eleitoral 695
16. Justiça Militar 698
17. Justiça Estadual 700
18. Justiça do Distrito Federal 700
19. Justiça dos Territórios 701
20. "Quinto Constitucional" 701
21. Julgamento de autoridades 702
22. Precatórios judiciais 706
    22.1. Exceção ao regime de precatórios 708
    22.2. Pagamento da parte incontroversa e autônoma de dívida judicial 709
    22.3. Ordem de pagamento 709
    22.4. Atualização monetária e juros 711
    22.5. Sequestro de valor 713
    22.6. Decretação de intervenção 713
    22.7. Vedação ao fracionamento 714
    22.8. Oferta de créditos, depósito judicial, cessão e amortização 714

CAPÍTULO 12

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 717
1. Introdução 717
2. Ministério Público 718
    2.1. Composição 718
    2.2. Posição constitucional 719
    2.3. Princípios do Ministério Público 719
        2.3.1. Princípio da unidade 719

2.3.2. Princípio da indivisibilidade 719
2.3.3. Princípio da independência funcional 720
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira 720
2.3.5. Princípio do promotor natural 722
2.4. Organização dos Ministérios Públicos 723
2.5. Funções do Ministério Público 724
2.5.1. Atuação do Procurador-Geral da República 729
2.6. Ingresso na carreira 731
2.7. Nomeação dos Procuradores-Gerais 731
2.8. Garantias dos membros 733
2.9. Vedações constitucionais 733
2.10. Conselho Nacional do Ministério Público 734
2.11. Ministério Público junto aos tribunais de contas 737
2.12. Prerrogativa de foro 739
2.13. Atuação perante o Supremo Tribunal Federal 740
3. Advocacia pública 741
4. Advocacia 743
5. Defensoria Pública 747

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 753
1. Introdução 753
2. Presunção de constitucionalidade das leis 756
3. Conceito e espécies de inconstitucionalidades 757
3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão 758
3.2. Inconstitucionalidade material e formal 759
3.3. Inconstitucionalidade total e parcial 760
3.3.1. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme a Constituição 761
3.4. Inconstitucionalidade direta e indireta 763
3.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente 765
3.6. Inconstitucionalidade circunstancial 765
3.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada” 766
4. Derrotabilidade das normas jurídicas 766
5. Sistemas de controle 767
6. Modelos de controle 768
7. Vias de ação 769

8. Momento do controle 770
9. Histórico do controle de constitucionalidade no Brasil 771
9.1. A Constituição de 1824 772
9.2. A Constituição de 1891 772
9.3. A Constituição de 1934 773
9.4. A Constituição de 1937 773
9.5. A Constituição de 1946 774
9.6. A Emenda Constitucional 16/1965 774
9.7. A Constituição de 1967/1969 774
9.8. A Constituição de 1988 775
10. Jurisdição constitucional 777
11. Fiscalização não jurisdicional 778
11.1. Poder Legislativo 779
11.2. Poder Executivo 782
11.3. Tribunais de contas 784
12. Controle difuso 785
12.1. Introdução 785
12.2. Legitimação ativa 786
12.3. Espécies de ações judiciais 787
12.4. Competência 788
12.4.1. Declaração da inconstitucionalidade pelos tribunais – a reserva de plenário 788
12.5. Parâmetro de controle 792
12.6. Recurso extraordinário 792
12.6.1. Repercussão geral 794
12.7. Efeitos da decisão 797
12.8. Atuação do Senado Federal 798
12.9. Súmula vinculante 801
12.9.1. Iniciativa 802
12.9.2. Atuação do Procurador-Geral da República 804
12.9.3. Manifestação de terceiros 804
12.9.4. Requisitos 804
12.9.5. Deliberação 805
12.9.6. Início da eficácia 805
12.9.7. Descumprimento 806
12.9.8. Súmulas anteriores à EC 45/2004 807
13. Controle abstrato 807
13.1. Introdução 807

13.2. Ação direta de inconstitucionalidade 809
13.2.1. Conceito 809
13.2.2. Legitimação ativa 809
13.2.2.1. Capacidade postulatória 810
13.2.2.2. Legitimação dos partidos políticos 811
13.2.2.3. Pertinência temática: legitimados universais e legitimados especiais 812
13.2.2.4. Legitimação das confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional 814
13.2.3. Objeto 815
13.2.4. Parâmetro de controle 822
13.2.5. Causa de pedir aberta 824
13.2.6. Petição inicial 825
13.2.7. Imprescritibilidade 825
13.2.8. Impossibilidade de desistência 826
13.2.9. Pedido de informações 826
13.2.10. Suspeição e impedimento de Ministro 827
13.2.11. Impossibilidade de intervenção de terceiros 828
13.2.12. Admissibilidade de *amicus curiae* 829
13.2.13. Atuação do Advogado-Geral da União 832
13.2.14. Atuação do Procurador-Geral da República 833
13.2.15. Atuação do relator na instrução do processo 835
13.2.16. Medida cautelar em ADI 836
13.2.17. Decisão de mérito 841
13.2.17.1. Deliberação 841
13.2.17.2. Natureza dúplice ou ambivalente 842
13.2.17.3. Possibilidade de cumulação de pedidos 843
13.2.17.4. Princípio da fungibilidade 844
13.2.17.5. Efeitos da decisão 845
13.2.17.6. Modulação dos efeitos temporais 850
13.2.17.7. Definitividade da decisão de mérito 854
13.2.17.8. Limites da decisão em ADI: eficácia normativa e eficácia executiva 855
13.2.17.9. Transcendência dos motivos determinantes 857
13.2.17.10. Inconstitucionalidade “por arrastamento” 859
13.2.17.11. Momento da produção de efeitos 860
13.2.17.12. Declaração de inconstitucionalidade “incidental” no âmbito de ADI 860

13.2.17.13. Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF 862
13.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão 863
13.3.1. Introdução 863
13.3.2. Legitimação ativa 865
13.3.3. Legitimação passiva 865
13.3.4. Objeto 866
13.3.5. Procedimento 867
13.3.6. Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República 867
13.3.7. Concessão de medida cautelar 868
13.3.8. Efeitos da decisão de mérito 868
13.3.9. ADO *versus* mandado de injunção 869
13.4. Ação declaratória de constitucionalidade 870
13.4.1. Introdução 870
13.4.2. Principais aspectos comuns 871
13.4.3. Objeto 873
13.4.4. Relevante controvérsia judicial 873
13.4.5. Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma 874
13.4.6. Medida cautelar 875
13.4.7. Não atuação do Advogado-Geral da União 876
13.5. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 876
13.5.1. Introdução 876
13.5.2. A arguição autônoma e a arguição incidental 878
13.5.3. Objeto da ADPF e conteúdo do pedido 879
13.5.4. Preceito fundamental 883
13.5.5. Subsidiariedade da ADPF 883
13.5.6. Competência e legitimação 885
13.5.7. Petição inicial e procedimento 886
13.5.8. Medida liminar 887
13.5.9. Decisão 887
13.6. Representação interventiva 893
13.7. Controle abstrato nos estados 897
13.7.1. Introdução 897
13.7.2. Competência 898
13.7.3. Legitimação 899
13.7.4. Defesa da norma impugnada 900
13.7.5. Parâmetro de controle 901

13.7.6. Inconstitucionalidade do parâmetro de controle estadual..... 902
13.7.7. Simultaneidade de ações diretas..... 903
13.7.7.1. Normas de natureza autônoma 904
13.7.7.2. Normas de reprodução da Constituição Federal 905
13.7.8. Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual..... 908
13.7.9. Distrito Federal 911
13.7.10. Representação interventiva..... 911

CAPÍTULO 14

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 913
1. Introdução..... 913
2. Estado de defesa 914
2.1. Pressupostos 914
2.2. Prazo..... 915
2.3. Abrangência..... 915
2.4. Medidas coercitivas 916
2.5. Controle 917
3. Estado de sítio..... 918
3.1. Pressupostos 918
3.2. Duração..... 919
3.3. Abrangência..... 919
3.4. Medidas coercitivas 920
3.5. Controle 920
4. Forças Armadas..... 924
5. Segurança pública 927

CAPÍTULO 15

FINANÇAS PÚBLICAS..... 933
1. Normas gerais..... 933
2. Orçamentos..... 935
2.1. Princípios constitucionais orçamentários 935
2.1.1. Princípio da anualidade..... 935
2.1.2. Princípio da universalidade..... 936
2.1.3. Princípio do orçamento bruto 936
2.1.4. Princípio da unidade..... 936
2.1.5. Princípio da exclusividade 936

2.1.6. Princípio da quantificação dos créditos orçamentários 937
2.1.7. Princípio da especificação 937
2.1.8. Princípio da publicidade 937
2.1.9. Princípio da legalidade 937
2.1.10. Princípio da não afetação 937
2.1.11. Princípio da programação 938
2.1.12. Princípio da clareza 938
2.1.13. Princípio do equilíbrio orçamentário 938
2.1.14. Princípio da proibição do estorno 938
2.2. Leis orçamentárias 939
2.2.1. Plano plurianual (PPA) 940
2.2.2. Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) 940
2.2.3. Lei orçamentária anual (LOA) 941
2.3. Lei complementar sobre matéria orçamentária 942
2.4. Processo legislativo das leis orçamentárias 943
2.4.1. Emendas aos projetos de leis orçamentárias 944
2.4.2. Interferência excepcional do Poder Judiciário 945
2.4.3. Autonomia orçamentária e alteração dos orçamentos propostos 946
2.4.4. Orçamento impositivo 947
2.5. Vedações constitucionais 950
2.6. Créditos adicionais 953
2.7. Estado de emergência: mecanismo de ajuste fiscal dos estados, do Distrito Federal e dos municípios 955
2.8. Estado de calamidade pública 957
2.9. Repasse de duodécimos 959
2.10. Limites para despesa com pessoal 959

CAPÍTULO 16

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 961
1. Introdução 961
2. Meios de atuação do Estado na área econômica 963
3. A ordem econômica e financeira na Constituição de 1988 965
3.1. Fundamentos e princípios gerais da atividade econômica 965
3.1.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano 965
3.1.2. Princípios básicos da ordem econômica 966
3.1.2.1. Soberania nacional 967

3.1.2.2. Propriedade privada e sua função social 967
3.1.2.3. Livre concorrência 968
3.1.2.4. Defesa do consumidor 970
3.1.2.5. Defesa do meio ambiente 970
3.1.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego 972
3.1.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas 973
3.2. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito 974
3.3. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos 979
3.4. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio 982
3.5. Atuação do Estado como agente regulador 984
3.6. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica 986
3.7. Política urbana 987
3.8. Política agrícola e fundiária, e reforma agrária 989
3.9. Sistema Financeiro Nacional 992

CAPÍTULO 17

ORDEM SOCIAL 995
1. Seguridade social 995
1.1. Saúde (arts. 196 a 200) 999
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202) 1005
1.2.1. Regras para aposentadoria 1006
1.2.2. Regime de previdência privada complementar 1007
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204) 1008
2. Educação (arts. 205 a 214) 1009
2.1. Princípios constitucionais do ensino 1010
2.2. Autonomia das universidades 1011
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino 1011
2.4. Participação da iniciativa privada 1012
2.5. Fixação de conteúdo 1013
2.6. Organização dos sistemas de ensino 1014
2.7. Aplicação de recursos na educação 1015
2.8. Plano nacional de educação 1016
3. Cultura (arts. 215 e 216) 1016
4. Desporto (art. 217) 1018
5. Ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-B) 1019
6. Comunicação social (arts. 220 a 224) 1020

6.1. Comunicação social e liberdade de informação 1020
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação 1021
6.3. Participação do capital estrangeiro 1022
6.4. Controle do Legislativo e delegação 1022
7. Meio ambiente (art. 225) 1023
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso 1026
9. Índios 1033

BIBLIOGRAFIA 1035